

Cuidado e cuidadoras

HELENA HIRATA
NADYA ARAUJO GUIMARÃES
Organizadoras

Cuidado e cuidadoras

As várias faces
do trabalho
do *care*

Adriana Fontes
Ana Amélia Camarano
Angelo Soares
Arlie Hochschild
Bila Sorj
Florence Weber
Guita Debert
Helena Hirata
Isabel Georges
Kurumi Sugita
Loïc Trabut
Miriam Glucksmann
Nadya Araujo Guimarães
Pascale Molinier
Rhacel Salazar Parreñas
Thierry Ribault
Viviana Zelizer
Yumi Garcia dos Santos

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2012

© 2012 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. --
São Paulo: Atlas, 2012.

Vários autores.
ISBN 978-85-224-7380-9

1. Bem-estar social 2. Cuidadores 3. Cuidadores – Serviços de apoio
4. Doentes – Cuidados 5. Pessoal médico e pacientes 6. Profissionais
da saúde 7. Serviços de cuidados de saúde domiciliares 8. Serviço
social I. Hirata, Helena. II. Guimarães, Nadya Araujo.

12-08462
CDD-362.1023

Índices para catálogo sistemático:

1. Cuidadores : Profissionais da saúde : Bem-estar social 362.1023
2. Profissionais da saúde como cuidadores : Bem-estar social 362.1023

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Introdução (*Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães*), 1

Parte 1 – Care, trabalho e emoções, 13

- 1 A economia do *care* (*Viviana Zelizer*), 15
- 2 Ética e trabalho do *care* (*Pascale Molinier*), 29
- 3 As emoções do *care* (*Angelo Soares*), 44

Parte 2 – Configurações sociais do *care*, 61

- 4 Rumo a uma sociologia econômica do trabalho do *care*: comparando configurações em quatro países europeus (*Miriam Glucksmann*), 63
- 5 Cuidado e cuidadoras: o trabalho do *care* no Brasil, França e Japão (*Nadya Araujo Guimarães, Helena Sumiko Hirata, Kurumi Sugita*), 79
- 6 O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social (*Bila Sorj e Adriana Fontes*), 103

Parte 3 – Care, políticas públicas e profissionalização, 117

- 7 Cuidadoras domiciliares: que tipo de profissionalização? (*Thierry Ribault*), 119
- 8 Como tornar visível o trabalho das cuidadoras domiciliares? O caso das políticas em relação à dependência na França (*Loïc Trabut e Florence Weber*), 133
- 9 Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido? (*Ana Amélia Camarano*), 148

vi Cuidado e cuidadoras • Hirata e Guimarães

10 *Care* e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social” (*Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos*), 166

Parte 4 – *Care* e migrações internacionais, 183

11 Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel (*Arlie Hochschild*), 185

12 O trabalho de *care* das acompanhantes. Imigrantes filipinas em Tóquio (*Rhacel Salazar Parreñas*), 201

13 Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitudes (*Guita Debert*), 216

Sobre os autores, 235

Introdução

HELENA HIRATA E NADYA ARAUJO GUIMARÃES

O trabalho de cuidado (*care work*) é uma atividade profissional em plena expansão na economia de serviços em escala internacional. Tal desenvolvimento tem múltiplas causas. Entre elas, é necessário ressaltar uma tendência ao rápido desenvolvimento do envelhecimento das populações dos países industrializados que requer do Estado, do mercado e das famílias soluções para o cuidado dos idosos dependentes, para as quais a qualidade do serviço desempenha um papel primordial. A essa situação se soma o fenômeno da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, nos últimos decênios, em praticamente todos os países do mundo. Tradicionalmente, às mulheres tem sido confiado o encargo do cuidado domiciliar das pessoas idosas, das crianças, dos deficientes e dos doentes; entretanto, elas enfrentam dificuldades crescentes para cuidar dos membros dependentes da família uma vez inseridas no mercado de trabalho, como assalariadas. O desenvolvimento das profissões relacionadas ao *care* e, de maneira mais ampla, a explosão do setor de serviços no período recente, em todos os países industrializados, se explica certamente pela conjunção desses fatores.

Cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês *care*. O *care* é dificilmente traduzível porque polissêmico. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do *care*. Este, ademais, pode ser considerado simultaneamente enquanto prática e enquanto atitude, ou disposição moral. Autoras francesas (PAPERMAN; LAUGIER, 2005; MOLINIER; LAUGIER; PAPERMAN, 2009) preferem utilizar o termo inglês, considerando que sua tradução literal, *soin*, tem uma conotação terapêutica que seria redutora dos sentidos que analiticamente se quer reter. Outras autoras (como Weber, neste livro) preferem traduzir *care* por *prise en charge*, sublinhando a conotação política que essa expressão possui, ao

invés do termo *aide* (ajuda), também usado para traduzir *care*. Neste livro optamos por não homogeneizar, mas, ao contrário, manter a maneira como cada autor nomina e utiliza o conceito; quando foi necessário traduzir, optamos por usar o termo *cuidado*, que nos parece reter adequadamente, em português, o sentido de *care*. Em alguns momentos, quando *cuidado* não pareceu apropriado, preferimos manter o termo em inglês.

Os estudos filosóficos e de sociologia moral e política, sobretudo no mundo anglo-saxão (GILLIGAN, 1982; TRONTO, 1993), trouxeram contribuições importantes para o entendimento da ética e a política do *care*. Vários capítulos deste livro se referem a essas contribuições teóricas, desenvolvendo críticas e propondo prolongamentos ou pontos de vista alternativos. Uma das controvérsias que aparecem nas páginas deste livro diz respeito à extensão do *care*. Assim, pode-se dizer que as empregadas domésticas e diaristas, que cuidam do bem-estar – inclusive material – das pessoas, e não apenas do cuidado das pessoas, são também *caregivers*, provedoras de *care*, tanto quanto o são as cuidadoras, ou as assistentes de enfermagem, nas instituições de longa permanência para idosos? Pode-se dizer que as acompanhantes filipinas, que nos bares de Tóquio entretêm os fregueses japoneses do sexo masculino, também fazem trabalho de *care*? Deixamos ao leitor sua própria interpretação, a partir dos argumentos e evidências apresentados em diferentes capítulos deste livro. Salienciamos, entretanto, a importância de atentarmos não apenas para as similitudes entre as várias situações de cuidados (da casa, das crianças, dos deficientes físicos, dos idosos, dos adultos que procuram diversão etc.), como também para a diversidade de contexto social, econômico, político e cultural, em que se realiza o *care* que lhe confere o sentido de uma relação social onde estão presentes as desigualdades e/ou os antagonismos de classe, de sexo, de raça ou etnia. Em particular, a falta de reconhecimento simbólico e monetário do trabalho de cuidado e sua desvalorização na sociedade são apontadas de maneira frequente, tanto nas pesquisas qualitativas junto aos profissionais, quanto nas análises que compõem essa coletânea. Quanto às similitudes relacionadas com a condição humana, que é única, é necessário sublinhar a ideia partilhada por vários pesquisadores dentre os que escrevem neste livro – na linha de Tronto (1993) – de que somos todos vulneráveis e necessitamos de cuidado, em algum momento de nossas vidas, e somos portanto, e ao mesmo tempo, provedores e beneficiários de *care*, ao longo da história de nossas vidas.

As pesquisas nos campos da sociologia do trabalho, da sociologia econômica e da sociologia das migrações têm produzido conhecimentos significativos sobre o serviço às pessoas, tanto na Europa (França, Itália, Espanha), quanto nos países asiáticos (China, Japão), tanto nos países capitalistas desenvolvidos do continente americano (Estados Unidos, Canadá) quanto nos países em vias de desenvolvimento (Chile, Argentina, México, Nicarágua). Os resultados de pesquisa nessas disciplinas, também representados nessa coletânea, têm focalizado a organização do trabalho, as qualificações e competências requeridas, a formação e diplomas, a remuneração, o recrutamento e a promoção, a qualidade dos empregos criados e as condições de trabalho imperantes nesse setor de serviço às pessoas (RFSE, 2008). O conjunto desses estudos ressalta a importância progressivamente adquirida pelas ocupações ligadas ao cuidado no mundo contemporâneo

e a importância das migrações internacionais na externalização do trabalho de cuidados (EHRENREICH; HOCHSCHILD, 2003), incorporando outras formas de relações que não apenas as das cuidadoras familiares informais, tradicionalmente *caregivers*, e quase sempre do sexo feminino.

Com efeito, o trabalho do *care* embora diga respeito a toda a sociedade, tem sido efetuado principalmente pelas mulheres. Não sem razão, a análise da divisão sexual do trabalho do *care*, tanto no interior da família, quanto nas instituições de cuidados, é o objeto de um certo número de capítulos desta coletânea. A profissionalização desse tipo de trabalho e sua remuneração têm a virtude de questionar o *care* como qualidade “natural” ou “inata” das mulheres. Compreender a dinâmica das ocupações ligadas ao cuidado e à solicitude na esfera mercantil, em sua relação com o trabalho doméstico não remunerado, parece-nos uma pré-condição para pensar a questão do *care* do ponto de vista da justiça e da igualdade (MOLLER OKIN, 1989).

Por outro lado, tendo em conta que a maioria absoluta das cuidadoras, remuneradas ou não, é constituída por mulheres, consideramos pertinente flexionar o termo *cuidadoras*, usando-o no feminino, sempre quando quisermos designar o conjunto desse grupo. Entretanto, preservamos o masculino (Trabut e Weber) ou o feminino (Soares) para respeitar a forma que cada autor adotou para designar o sujeito do cuidado.

A relação entre o *care* remunerado e o *care* não remunerado (o dos membros da família) também deve ser melhor apreendida; ela desafia as nossas análises, haja vista que a fronteira entre ambas é por vezes bastante tênue. O amor, o afeto, as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, do mesmo modo que o cuidado, o fazer, a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das “cuidadoras”, das “acompanhantes”, das “auxiliares” remuneradas. O trabalho de *care*, como analisam vários autores desta coletânea, é ao mesmo tempo trabalho emocional e trabalho material, técnico. Nele são indissociáveis postura ética, ação e interação.

No Brasil, as pesquisas sobre cuidado e cuidadoras são ainda pouco frequentes, sobretudo nos âmbitos da economia e das sociologias do trabalho e das profissões. Estudos pioneiros foram realizados nas áreas de enfermagem, geriatria, gerontologia e saúde pública, e só muito recentemente começaram a se desenvolver pesquisas na área das ciências sociais. Também são muito escassos os dados estatísticos desagregados para a categoria de cuidadores, embora a CBO inclua tal grupo na sua nomenclatura a partir de 2002. A própria regulamentação da profissão de cuidadora ainda está em curso entre nós, envolta na dinâmica política da construção institucional desse tipo de trabalho. No Brasil, como em outros países – veja-se o caso das *badanti*, na Itália –, o cuidado aos idosos é realizado pelas empregadas domésticas e diaristas que, além do trabalho doméstico cotidiano, têm como responsabilidade adicional o cuidado dos idosos e das crianças. Por isso mesmo, os inúmeros estudos relativos às empregadas domésticas e diaristas (cf. entre outros KOFES, 2001; VIDAL, 2007; SILVEIRA; TITO, 2008; AVILA, 2009) trazem conhecimentos preciosos sobre a prática de cuidados domiciliares, em sociedades profundamente marcadas pela desigualdade, como o Brasil.

Assim sendo, esta coletânea vem preencher a lacuna existente no que respeita à questão do cuidado e do trabalho dos cuidadores no mundo acadêmico e no mercado editorial brasileiros. Nela estão presentes autores brasileiros e estrangeiros, especialistas no tema, vários deles reconhecidos mundialmente por suas pesquisas e obras sobre o *care*. A maioria dos capítulos foi redigida sob forma de comunicação e inicialmente discutida durante o Colóquio Internacional “O que é o *care*? Emoções, divisão do trabalho, migrações”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos da Metrópole (INCT-CEM), e que teve lugar nos dias 26 e 27 de agosto de 2010 na Cidade Universitária da USP. A essas comunicações acrescentamos quatro capítulos de autores que não puderam estar presentes no evento, mas que enviaram contribuições para serem incluídas neste livro. É o caso dos capítulos de autoria de Viviana Zelizer, de Miriam Glucksmann, de Loïc Trabut e Florence Weber e de Arlie Hochschild.

A coletânea de textos e o próprio Colóquio, tal como inicialmente por nós concebidos, procuraram tanto recobrir o debate teórico internacional sobre o *care* – trazendo algumas das contribuições contemporâneas mais significativas –, quanto abrir o leque para uma multiplicidade de enfoques empíricos, vários deles com claro intuito comparativo, e todos eles deixando ao leitor pistas importantes para retomar as questões teóricas à luz das diferentes realidades aqui tratadas. Entretanto, uma circunscrição empírica se fez necessária: dada a existência de uma literatura mais ampla sobre o cuidado com crianças, e à especificidade deste enquanto objeto, optamos por buscar ao menos uma convergência empírica entre as distintas contribuições: elas se voltaram, majoritariamente, para a realidade do cuidado aos idosos.

O livro se estrutura em quatro grandes partes. Parte, na primeira delas, de uma reflexão densa sobre as teorias do *care*, sua definição e seu alcance, sobre as questões relacionadas à ética, à política e à economia do *care*. Avança, na segunda parte, em busca de flagrar e comparar configurações e regimes sociais de provimento que estão na base do entendimento das variantes sociais do trabalho de cuidado. Em seguida, a terceira parte focaliza desafios societais com vistas à profissionalização relativamente recente dessa modalidade de trabalho, com suas características e especificidades, e o lugar das políticas públicas. Finalmente, na última parte, focaliza-se um dos aspectos centrais ao modo de recrutamento e organização do trabalho de cuidado, qual seja, o seu elo com a dinâmica dos fluxos migratórios e com os modos de inserção de migrantes, notadamente internacionais, em mercados nacionais de trabalho de países diversos. Pela amplitude do escopo recoberto, vale apresentarmos ao leitor cada uma das partes e os respectivos capítulos que as compõem.

A reflexão proposta na Primeira Parte, intitulada “*Care*, trabalho e emoções”, é aberta por Viviana Zelizer, que, no Capítulo 1, trata d’ “A economia do *care*”. Para a autora, o desenvolvimento dos estudos sobre o *care*, quer seja gratuito ou remunerado, ilustra muito bem os avanços da sociologia econômica contemporânea, a qual, durante os últimos

decênios, nos Estados Unidos mas também na Europa, passou da atenção exclusiva às firmas, aos mercados e à sua teorização, a abordagens mais amplas e criativas sobre as relações interpessoais e a atividade econômica. Ao abrirmos o livro sublinhando esse argumento e ecoando a ideia de Zelizer, queremos chamar a atenção do leitor para que, longe de se tratar de um tema exótico, ou de interesse circunscrito, a reflexão sobre o *care* tem se revelado um daqueles domínios-chave por seu valor analítico, ilustrado, neste primeiro capítulo, por sua capacidade de fertilizar o campo dos estudos de uma sociologia da vida econômica, renovando-o.

No Capítulo 2, “Ética e trabalho do *care*”, Pascale Molinier avança outro aspecto analiticamente relevante, o do caráter multidimensional do *care*. Assim, a autora nos introduz a cinco dimensões do cuidado: como *gentleness*, como *know-how* discreto, como trabalho sujo, como trabalho inestimável e como narrativa política. Sua demonstração se baseia na ideia da indissociabilidade analítica entre a ética do *care* e o *care* enquanto trabalho. Ela também defende a utilização do termo em inglês, argumentando que *soin* (cuidado) em francês, de forte conotação terapêutica e curativa, não exprime o conteúdo multidimensional de *care*. A análise de Molinier se baseia em suas pesquisas sobre o trabalho de *care* na França – cuidadoras em instituição, auxiliares de enfermagem, enfermeiras – e na Colômbia. Neste último país, trata-se de empregadas domésticas e diaristas, que Molinier integra na categoria de cuidadoras, nos termos da discussão proposta no início desta “Introdução”.

No Capítulo 3, “As emoções do *care*”, Angelo Soares concentra o seu interesse na relação entre emoções e trabalho de cuidado. Compara trabalho industrial e trabalho no setor de serviços para melhor salientar as especificidades do trabalho de cuidado, destacando quão essencial é a interação estabelecida entre cuidador e beneficiário do cuidado. Essa interação se produz em meio a desigualdades de gênero, idade, raça e classe social, e se traduz em relações assimétricas de poder. Ao contrário da indústria, a família é figura constitutiva do contexto em que se tecem as relações de trabalho. O autor destaca as várias dimensões do *care* – física, cognitiva, sexual, relacional e emocional – e se detém nesta última, a do trabalho emocional. Sublinha a importância de emoções como o medo, o orgulho, a satisfação, a raiva, a alegria, dentre outras, no trabalho de cuidado; ao mesmo tempo, destaca a prescrição de outras tantas emoções para a realização desse tipo de serviço. Mostra, por fim, como o trabalho emocional pode ser integrador, dissimulador ou diferenciador, e analisa a divisão sexual do trabalho emocional e das próprias emoções.

Os capítulos que formam a Segunda Parte desta coletânea estão voltados para tratar das “Configurações sociais do *care*”. No Capítulo 4, intitulado “Rumo a uma sociologia econômica do trabalho do *care*: comparando configurações em quatro países europeus”, Miriam Glucksmann propõe um quadro de referência teórico que responda ao desafio de identificar os elementos mais significativos e recorrentes nos diferentes modos de prover e financiar as atividades de cuidado aos idosos, retendo, simultaneamente, as variações na natureza desses elementos e no modo pelo qual se interconectam. Estado, mercado, família e organizações voluntárias são cuidadosamente descritos, em seus elos recíprocos e com os beneficiários do *care*, tendo em vista quatro situações nacionais extraídas

do mundo europeu – Holanda, Itália, Suécia e Reino Unido. As descrições que a autora provê sobre esses contextos são eloquentes pelo que dizem das diferenças entre modos de provimento e formas de trabalho, enlaçadas sob o signo da variada significação que as funções de cuidado, as relações de gênero e a proteção social adquirem em cada uma das quatro realidades analisadas.

Seguir explorando a diversidade das configurações socioeconômicas de provimento e trabalho de cuidado é também o alvo de Nadya Araujo Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita. No Capítulo 5, “Cuidado e cuidadoras: o trabalho do *care* no Brasil, França e Japão”, as autoras enriquecem o quadro de referência apresentado por Glucksmann no Capítulo 4, agregando-lhe novas realidades, ampliando a variabilidade das situações a comparar, de modo a produzir novas evidências sobre as especificidades sociais das configurações do trabalho de cuidado. Assim, contrastam situações retiradas das realidades europeia (França), asiática (Japão) e latino-americana (Brasil), pondo especial ênfase sobre as tênues fronteiras entre o trabalho profissional de cuidado e o trabalho doméstico em cada um desses três países. *Auxiliaires de vie*, *home helpers* ou *cuidadoras* diferenciam-se em aspectos relativos seja às características dos respectivos mercados de trabalho, que impactam nas suas trajetórias ocupacionais, seja às estruturas familiares e aos atores envolvidos no cuidado, seja às políticas públicas para o setor e aos requisitos de formação profissional para os que nele atuam.

Encerra a Segunda Parte o Capítulo 6, “O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social”, de autoria de Bila Sorj e Adriana Fontes. Nele, o caso brasileiro é trazido à luz num texto que permite ilustrar a importância de que as abordagens teóricas se assentem em análises, e comparações (quando for o caso), contextualizadas. As autoras arguem que, em realidades sujeitas a desigualdades sociais marcantes e a altos níveis de informalidade, estudos sobre regimes de *care* baseados em tipologias nacionais tendem a homogeneizar tais realidades e a perder de vista a natureza desigual do acesso da população aos serviços de cuidados. Para melhor evidenciá-lo, analisam um conjunto selecionado de provisões de cuidados, prestados pelo Estado, pelo mercado e pela família, a partir de um olhar que privilegia as dimensões de gênero e de classe social. Argumentam que tal regime estratificado de *care* não só expressa mas reforça as desigualdades sociais existentes no Brasil.

A Parte 3, intitulada “*Care*, políticas públicas e profissionalização”, se inicia com a rica discussão aberta por Thierry Ribault, no Capítulo 7, “Cuidadoras domiciliares: que tipo de profissionalização?”. Nele, o autor analisa a profissionalização dos assalariados que prestam serviços de cuidado em domicílio, demonstrando que esta repousa, atualmente, sobre a hegemonia de uma convenção mercantil de profissionalidade. Tal hegemonia compromete a construção de uma relação virtuosa entre qualidade do emprego e do trabalho, por um lado, e qualidade do serviço, por outro. O enfoque proposto pelo autor, ancorado numa análise de convenções, permite reabilitar a diversidade das dimensões da profissionalidade. Tal análise alimenta uma visão democrática e pluralista da profissionalização, que não fornece de antemão qualquer resposta ao debate sobre a hierarquia e o valor relativo das

diferentes convenções mobilizadas, mas que testemunha a sua coexistência necessária. No Capítulo 8, Loïc Trabut e Florence Weber refletem sobre “Como tornar visível o trabalho das cuidadoras domiciliares? O caso das políticas em relação à dependência na França”. Os autores partem do princípio de que a situação de dependência implica cuidado, tanto no caso de crianças quanto de pessoas idosas ou deficientes, e que tal cuidado acarreta um sem-número de tarefas, muitas vezes ignoradas enquanto tal. Mais ainda, destacam que esse trabalho peculiar de cuidado tem sido objeto crescente de interesse e de pesquisas, hoje em pleno desenvolvimento, das quais os autores nos fornecem um amplo panorama. Em seguida, se detêm na evolução das políticas para pessoas em situação de dependência na França como constituindo políticas de emprego, destacando a introdução de uma lógica comercial no setor de cuidados. Ao focalizarem essa problemática, mostram de que forma um feixe de mudanças institucionais pode contribuir para o reconhecimento econômico e social do trabalho dos cuidadores, inclusive dos cuidadores familiares informais, um dos pilares do sistema de *care* na França.

No Capítulo 9, intitulado “Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?”, Ana Amélia Camarano também se defronta com o fato de que o envelhecimento acarreta um aumento da demanda por cuidados; esse aumento se torna um grande desafio para todos os países, mesmo para os desenvolvidos, onde a oferta dessa modalidade de serviço já é parte dos seus sistemas de seguridade social. Tomando o caso brasileiro como referência, a autora busca retratar quem cuida do idoso frágil. A partir daí, discute se a provisão de cuidados para a população idosa é uma obrigação do Estado, das famílias ou do mercado privado, assumindo que essa deve ser uma responsabilidade compartilhada entre os três atores, bem como com o voluntariado. Diante de tal perspectiva, procura avançar respostas sobre temas-chave, tais como: que serviços oferecer, como dividir as responsabilidades entre os vários atores e como financiá-los à luz da realidade brasileira.

Encerrando a terceira parte da coletânea, Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos também focalizam a realidade brasileira e tratam, no Capítulo 10, do “*Care* e políticas públicas: o caso das ‘agentes comunitárias de saúde’ e das ‘agentes de proteção social’”. As autoras procuram analisar o trabalho do *care* desses agentes numa abordagem relacional, variável no tempo e no espaço, inserindo-o, por isso mesmo, nas conjunturas políticas e econômicas que têm promovido, no Brasil contemporâneo, um deslocamento das fronteiras entre o público e o privado. Conforme arguem na primeira parte do capítulo, as políticas públicas do cuidado configuram um campo de tensões e de ambiguidades relativas à gestão atual da questão social e do lugar das mulheres, num contexto de redução recente das desigualdades sociais. Na segunda parte do capítulo, as autoras analisam as práticas profissionais dos(as) trabalhadores(as) do Estado “em nível da rua”, focalizando os(as) agentes comunitários(as) de saúde e os(as) agentes de proteção social, novos personagens das políticas sociais, a partir de estudo de caso realizado na cidade de São Paulo. A análise revela as injunções contraditórias a que estão submetidos e, na terceira parte do capítulo, as autoras tratam das táticas diversas que os atores desenvolvem para lhes fazer face.

Em sua quarta parte, o livro explora os elos entre “*Care* e migrações internacionais”. No Capítulo 11, intitulado “Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel”, Arlie Hochschild focaliza a trabalhadora migrante, cuja atividade crescentemente se direciona ao trabalho emocional de cuidar de pessoas. À autora interessa, em especial, lidar com uma parte desse trabalho emocional, a saber aquele voltado a enfrentar as dilacerantes rupturas na relação dessa trabalhadora com a própria família e consigo mesma. Essa face oculta da trabalhadora emocional, “bastidor” recôndito do mercado global, por muito tempo foi deixada indevassada pelos estudos da sociologia das migrações, que se concentraram nos fluxos migratórios, em suas dimensões ocupacional e monetária. Entretanto, argui e documenta Hochschild, a abordagem que aqui propõe é hoje imperiosa: seja pelo que deixa entrever acerca dos enormes custos da vida em um mercado totalmente livre, em que assistimos à substituição da figura arquetípica do trabalhador, homem, duradouramente ligado à manufatura, por um novo ícone: o da trabalhadora, mulher, móvel e duradouramente ligada aos serviços; seja por nos permitir observar como, na esteira da proliferação dessa espécie de trabalho de cuidado, se alarga uma via de conexão global, que interliga, hoje, as nações pobres do Hemisfério Sul às nações ricas do Hemisfério Norte, e os países mais pobres do Leste Europeu àqueles mais ricos do Oeste.

No Capítulo 12, Rhacel Parreñas estuda “O trabalho de *care* das acompanhantes. Imigrantes filipinas em Tóquio”. Nele, a autora descreve os rituais quotidianos do trabalho realizado por essas acompanhantes na indústria japonesa do entretenimento noturno. Procura ilustrar como essas trabalhadoras fortalecem a masculinidade dos clientes por meio da manifestação de afeição e do flerte, de servilismo e servidão e de desempenho criativo. Argui, então, que o trabalho das acompanhantes atenderia, assim, às características consagradas pelo entendimento corrente sobre o que seria o *care*: ele é um trabalho que supõe interação face a face, que resulta em um reforço do bem-estar do cliente e que, por fim, aprimora as capacidades humanas do beneficiário do cuidado, ao reforçar a masculinidade do cliente. Entretanto, para a autora, embora o trabalho de acompanhante se coadune às noções tradicionais do que seria o trabalho de *care*, seu reconhecimento como tal amplia as visões convencionais, seja pela inclusão do trabalho sexual na categoria do trabalho de *care*, seja por localizar-se o trabalho de *care* na esfera pública da indústria do lazer. Por fim, ao insistir no entendimento de que a atividade de acompanhante se constitui numa forma de trabalho de cuidado, o texto enfatiza que sua realização reifica relações desiguais de gênero entre homens e mulheres.

Encerrando a coletânea, Guita Debert, no Capítulo 13, aborda o tema “Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitudes”. A autora trata inicialmente das práticas de cuidado adotadas nos países europeus e discute como, num contexto de globalização, o recurso à imigração pode ser uma solução para o déficit de políticas públicas relativas ao idoso. Nessas condições, o trabalho doméstico remunerado e informal aparece cada vez mais como resposta econômica à necessidade de cuidados. Em seguida, reflete criticamente sobre a ideia corrente, tanto no senso comum, quanto na literatura gerontológica, de que o cuidado propiciado no interior da família seria um desejo universal

dos idosos. Recorre, para a demonstração do seu argumento, a resultados coligidos em cuidadosa pesquisa empírica. Destaca a necessidade de se levar em consideração a extrema heterogeneidade das experiências de envelhecimento. Conclui afirmando que o valor e a legitimidade das relações extrafamiliares devem ser considerados, mesmo em situação de fragilidade e dependência, e aponta para a necessidade de práticas inovadoras capazes de transformar a experiência de envelhecimento numa experiência dignificante.

Vistos em seu conjunto, os capítulos proporcionam ao leitor um manancial de temas e desafios teóricos e empíricos, deixando entrever a riqueza desse campo de reflexão e sua capacidade de integrar diferentes domínios e abordagens. A par do seu forte interesse acadêmico, as reflexões aqui apresentadas são igualmente úteis para os que atuam no campo das políticas públicas e para os movimentos sociais e grupos profissionais envolvidos seja com o tema do envelhecimento, seja com o tema do cuidado.

Trazer essas ideias à luz, para um público brasileiro, foi um esforço que não teria sido realizado sem a conjunção de diversas pessoas e instituições, às quais cumpre agradecer.

Inicialmente, ao Centro de Estudos da Metrópole que, através do financiamento CNPq/FAPESP relativo ao projeto do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos da Metrópole (INCT/CEM) apoiou todos os custos de tradução e revisão. O INCT/CEM e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP foram decisivos, em seu apoio material e financeiro, para que pudéssemos realizar o Colóquio “O que é o *care*? Emoções, divisão do trabalho, migrações”, que contou também com o patrocínio da CAPES/Programa PROEX, do Centro de Estudos Japoneses (CEJAP/USP) e da OIT – Organização Internacional do Trabalho. O Colóquio foi uma ocasião ímpar para que a maior parte dos capítulos aqui apresentados pudesse ser objeto de uma primeira discussão especializada, beneficiando-se do debate que ali teve lugar.

Vários dentre os textos que formam este livro se beneficiaram dos comentários dos avaliadores da série de *working papers*, editada pelo Centro de Estudos da Metrópole, na qual alguns dos capítulos chegaram a ser anteriormente veiculados.

Cabe, igualmente, agradecer aos editores, brasileiros e internacionais, que nos cederam, sem qualquer custo, os direitos de propriedade sobre quatro textos que haviam sido publicados anteriormente.

O Capítulo 1, de autoria de Viviana Zelizer, havia sido veiculado inicialmente em francês, na *Revue Française de Socio-Economie*, nº 2, 2º semestre de 2008, e em seguida em português, na revista *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, nº 3, set./dez. 2010. Agradecemos a autorização para publicação de Florence Jany-Catrice, diretora da revista francesa e à editora dessa revista, La Découverte, pela cessão dos direitos autorais; agradecemos também a Lucia Helena A. Müller e a toda a comissão editorial da revista *Civitas* pela autorização para reproduzirmos, nessa nossa coletânea, a excelente tradução ao português desse artigo, realizada por Maria A. Müller e Lucia Helena A. Müller.

O Capítulo 5, de autoria de Nadya Araujo Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita, foi anteriormente publicado pela revista *Sociologia & Antropologia* (v. 1, jul. 2011, julho),

que o traduziu do francês (trabalho efetuado por Philippe Dietman). Agradecemos aos editores da revista, Glaucia Vilas-Boas, André Botelho e Elina Pessanha, pela autorização para republicá-lo neste livro.

O Capítulo 8, de autoria de Loïc Trabut e Florence Weber, foi inicialmente publicado em francês na revista *Idées. La revue des Sciences Economiques et Sociales* (n° 158, déc. 2009). Agradecemos ao diretor da revista, Gilles Martin, a autorização para a publicação dessa tradução em português, e a Igor Martinache, organizador do número da revista, que traduziu para o francês o artigo editado inicialmente numa versão mais longa numa coletânea organizada por Nina Bandelj, *Economic Sociology of Work*. Bingley: Emerald, 2009.

O Capítulo 11, de autoria de Arlie Hochschild, vem de ser publicado sob o título “Back stage of the global free market: nannies and surrogates” no livro *Care und migration*, Frankfurt: Verlag Barbara Budrich, 2010, organizado por Ursula Apitzsch e Marianne Schmidbaur. Agradecemos a Ursula Apitzsch, da Universidade de Frankfurt, e à responsável editorial, Barbara Budrich, pela autorização para a tradução e pela cessão de direitos autorais para a presente republicação do artigo em português.

Guilherme Xavier Sobrinho e Ernesto Xavier foram os responsáveis por todas as traduções ao português, excetuados os Capítulos 1 e 5; sentimo-nos obrigadas a não apenas registrar, ao final de cada capítulo, o crédito ao trabalho profissional de ambos, mas a destacar a qualidade e o cuidado com que trabalharam, o que facilitou enormemente a nossa tarefa editorial. Silvia Miranda Ferreira fez a primeira formatação conjunta de todos os manuscritos, pelo que também registramos nosso agradecimento.

O esforço, conjunto e final, de revisão técnica e preparo editorial de cada um dos manuscritos, de modo a darmos a este livro a sua forma atual, foi realizado em sua grande medida em Paris, no mês de março de 2012. Esse trabalho não teria sido possível sem o apoio da FAPESP/Projeto CEPID e da Universidade Paris-8, que propiciaram o deslocamento de Nadya Araujo Guimarães, e sem o respaldo institucional da Maison Suger e do Laboratório CRESPPA-Equipe GTM, que disponibilizaram a infraestrutura requerida.

Referências

AVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russel (Org.). *Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy*. Nova York: Henry Holt and Company, 2003.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice*, 1982 (tradução francesa: *Une voix différente: pour une éthique du care*. Paris: Flammarion, 1986, 2008; tradução brasileira: *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990).

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.

MOLLER OKIN, Susan. *Justice, gender and the family*. New York: Basic Books, 1989 (tradução francesa: *Justice, genre et famille*). Paris: Flammarion, 2008.

PAPERMAN, Patricia; LAUGIER, Sandra (Org.). *Le souci des autres: éthique et politique du care*. Paris: Editions de l'EHESS, 2005.

RFSE (*Revue Française de Socio-Economie*) *Le care: entre transactions familiales et économie des services*. Paris: La Découverte, 2008.

SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (Org.). *Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOE, 2008.

TRONTO, Joan. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993. Tradução francesa: *Un monde vulnérable: pour une politique du care*. Paris: La Découverte, 2009.

VIDAL, Dominique. *Les bonnes de Rio. Emploi domestique et société démocratique au Brésil*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.

PARTE 1

Care, trabalho e emoções

A economia do *care**¹

1

VIVIANA ZELIZER

Durante os últimos 25 anos, a sociologia econômica viveu mudanças consideráveis. Tendo partido de uma posição simultaneamente crítica e complementar à economia neoclássica, ela é hoje uma disciplina rica e autônoma, que começou a produzir ou a incorporar alternativas reais à economia neoclássica. Essas mudanças modificaram profundamente minha própria atitude em relação à sociologia econômica e minha relação com ela. A história desta relação é bastante curiosa. Durante muito tempo, eu trabalhei sobre diversos processos econômicos, escrevi livros sobre a invenção do seguro de vida, sobre a “avaliação” do valor econômico das crianças, sobre as práticas monetárias interpessoais e, mais recentemente, sobre a economia das relações sociais íntimas. Fiz incursões mais breves sobre assuntos que indiscutivelmente fazem parte do domínio da economia, como o consumo e o trabalho das crianças. No entanto, durante anos, ninguém, nem eu mesma, chamei o que eu fazia de “sociologia econômica”.

A sociologia econômica, que ganhou amplitude há 20 ou 25 anos nos Estados Unidos, era, no início, muito próxima da economia neoclássica. Para ela, tratava-se de transpor os conceitos desta última a assuntos habitualmente relevantes para a sociologia ou de colocar em evidência contextos sociais que atrapalhavam a atividade econômica que,

* Nota das Organizadoras: O artigo “L'économie du care” foi publicado originalmente na *Revue Française de Socio-économie*, 2008, n° 2, p. 13-25; a versão em português que se inclui nesta coletânea foi publicada na revista *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n° 3, p. 376-391, set./dez. 2010. A tradução e a publicação desse texto foram autorizadas pela autora, pela editora La Découverte, detentora dos direitos de publicação para todos os países <www.editions-ladecouverte.fr> e pelo Comitê de Redação da revista *Civitas*.

¹ Utilizei algumas passagens da obra *Purchase of intimacy* (Princeton University Press, 2005) e de “Pasts and futures of economic sociology” (*American Behavioral Scientist*, 2007, 50(8), p. 1056-1069). Este artigo é uma adaptação de uma comunicação apresentada no colóquio sobre a sociologia econômica do *care*, no Centre de Recherche Interdisciplinaire pour la Sociologie Économique (LISE, CNRS), Paris, 8 jun. 2006.

continuava-se a supor, desenvolvia-se segundo os preceitos da economia neoclássica. Tratava-se, então, quase que exclusivamente de empresas e de mercados, assuntos favoritos dos economistas. A ênfase era colocada, portanto, sobre o que se pode chamar de ponto de vista da “extensão” e de ponto de vista do “contexto”.

Os teóricos da “extensão” aplicavam modelos econômicos relativamente *standard* a processos aparentemente não econômicos, como as congregações religiosas, o comportamento das famílias ou as equipes de esporte profissional. As análises do “contexto” se interessavam por fenômenos econômicos *standard*, como os mercados de trabalho, os mercados de *commodities* ou as empresas, mostrando como a organização social, como contexto, formatava as opções dos atores econômicos. Os advogados do “contexto” falavam de Imersão** do fenômeno econômico em processos sociais, e faziam referências frequentes a redes interpessoais. Segundo eles, a teoria econômica era válida quando se tratava de explicar fenômenos, tais como: as negociações ou a fixação dos preços. A seus olhos, os economistas tinham simplesmente negligenciado a importância do contexto cultural e social como, por exemplo, as relações preexistentes entre parceiros econômicos potenciais.

No curso dos últimos 10 ou 15 anos, fiquei surpresa ao ver que eu havia me tornado membro do *Who's Who* da sociologia econômica. O que se passou nesse meio tempo? Em parte, é porque eu tinha aprendido mais sobre a diversidade dos trabalhos realizados em sociologia econômica, e tido uma participação maior num debate cada vez mais vivo. Três mudanças na minha relação com a disciplina foram muito importantes:

1. primeiro, os animadores intelectuais da sociologia econômica nos Estados Unidos, como Richard Swedberg, Harrison White e Neil Smelser, começaram a citar meus trabalhos como exemplos de uma nova corrente no interior da disciplina;
2. a seguir, me pus a ensinar “sociologia econômica” a grupos cada vez mais repletos de estudantes, tanto de primeiro como de segundo ciclo;
3. por fim, as duas primeiras mudanças fizeram com que eu me confrontasse com os grandes princípios que fundamentam a sociologia econômica de forma mais direta do que quando eu me considerava, antes de mais nada, uma especialista em história e cultura americanas.

Ao invés de só se interessar por empresas e por mercados, parecia-me que os especialistas em sociologia econômica, inclusive eu, deviam interessar-se por todas as formas de produção, consumo, distribuição e transferência de capitais. Essa decisão de abrir o campo da sociologia econômica coloca, entretanto, um dilema. Como criar uma sociologia econômica na qual o trabalho fora do mercado, o *care*, portanto, ocupe um lugar pleno,

** Notas das tradutoras: Ao traduzir para o português o termo *encastrement* (incrustado, embutido), tomamos como referência a tradução para o português do texto de Mark Granovetter (1985), *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*, em que o conceito *embeddedness* foi traduzido por “imersão” (Ver GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, nº 1, art. 5, jan./jun. 2007. Também publicado em MARTES, Ana Cristina (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Paulo: EdUFSCar, 2009).

coerente, mantendo, ao mesmo tempo, conexões com todas as atividades econômicas, não importa o contexto, inclusive o das empresas? Pelo menos nos Estados Unidos, esta integração ainda não aconteceu.

A sociologia econômica não é a única a desafiar os enfoques *standard* dos processos econômicos. Enquanto mudanças importantes se produziam na sociologia econômica, mudanças similares aconteciam em outros lugares. Dentre elas, três merecem uma atenção especial.

Primeiramente, no seio da própria economia, correntes como a economia comportamental, a economia feminista, a economia organizacional, a economia institucional, a dinâmica das famílias e, mais recentemente, a neuroeconomia, produziram suas próprias críticas aos modelos neoclássicos. Por exemplo, os próprios economistas criticam a noção de “comportamento doméstico”, reduzida à decisão de um único agente. Todas essas novas formas de economia começaram a propor visões alternativas dos processos econômicos, entre as quais a gama de relações interpessoais pelas quais eu me interessei durante muitos anos. Algo tão simples como a introdução da teoria dos jogos no modelo de negociação das famílias, por exemplo, fez com que um conjunto de interações entre jogadores substituísse as escolhas preferenciais únicas dos modelos anteriores.

Em segundo lugar, fora da economia, os especialistas do campo do “direito e economia”, os teóricos das organizações, os especialistas das desigualdades e os teóricos do feminismo contribuíram para o conhecimento do funcionamento real dos processos econômicos e sociais. Eles também deram ênfase ao poder, à negociação e às transações interpessoais.

Em terceiro lugar, nas fronteiras entre a economia e a sociologia, emergiram muitas novas disciplinas híbridas que propuseram novas versões dos processos econômicos, entre as quais, a “socioeconômica”, a “economia comunitária” e a análise dos sistemas mundiais, bem como a “economia social e solidária” francesa.

Ao mesmo tempo, os especialistas em sociologia econômica viram seu número e sua confiança crescerem, e também se afastaram cada vez mais do ponto de vista da “extensão” e do “contexto”. Pouco a pouco, eles formularam uma descrição e uma explicação sociais da atividade econômica que concorrem verdadeiramente com a da economia *standard*. Um poderoso movimento paralelo produziu-se nas ciências sociais francesas.² Recusando qualquer divisão intrínseca entre a sociologia e a economia, André Orléan (2005), por exemplo, lançou recentemente um vibrante apelo em prol do que eu identifico como visões alternativas da atividade econômica em geral.

Essa análise alternativa tenta identificar os processos e as relações sociais no próprio coração da atividade econômica, incluindo, aí, o território sagrado e até o presente

² Consultar, por exemplo, *L'Argent en famille*, 2005, assim como Boltanski e Chiapello, 1999; Caillé, 1944; Callon, 1998; Convet e Helbron, 2004; Cusin e Benamouzig, 2004; Pradelle, 1996; Dufy e Weber, 2007; Gislain e Steiner, 1995; Guérin, 2003; Hassoun, 2005; Lebaron, 2000; This Saint-Jean, 2005; Sciardet, 2003; Servet e Guérin, 1999; Servet e Guérin, 2002; Steiner, 1999, 2003; Weber, Gojard e Gramain, 2003; Weber, 2005; Wacquant, 2002.

inexplorado dos próprios mercados. Muitas destas análises estão ligadas à declaração de Harrison White, segundo a qual os mercados são criações profundamente sociais e não arenas autônomas as quais os processos sociais não fazem mais do que invadir.

Da mesma forma que os economistas institucionais que, impressionados pela incapacidade dos mercados transformarem, por si só, as economias pós-socialistas, começaram a representar as atividades econômicas como processos sociais, os sociólogos economistas aventuraram-se no próprio coração das empresas, dos mercados, das organizações e das instituições financeiras.

No decorrer de seus últimos anos, Pierre Bourdieu seguia na mesma direção. Em *Structures sociales de l'économie*, ele declarou:

As estratégias que visam “corrigir” as insuficiências ou as lacunas de um paradigma sem jamais o colocarem verdadeiramente em questão, Herbert Simon falando de “racionalidade limitada” ou Marc Granovetter reintroduzindo as *social networks*, nos fazem pensar nas laboriosas construções através das quais Tycho-Brahé se esforçava para salvar o modelo geocêntrico de Ptolomeu contra a revolução copernicana (BOURDIEU, 2000, p. 12, nota 1).

Em geral, os sociólogos que buscam uma sociologia econômica alternativa criticam a ideia de imersão que, segundo eles, implica que os processos sociais forneçam apenas o “recipiente” da economia, enquanto o conteúdo permaneceria identificado por sistemas racionais de troca da economia *standard*. É o que diz claramente Isabelle This Saint-Jean, em um número recente do *L'Année sociologique*:

Efetivamente, quando os autores afirmam que os “fatos econômicos” estão “imersos” no social, no “político”, no “cultural” ou no “cognitivo”, eles supõem, ao mesmo tempo, a existência de algo que pode ser identificado como “econômico” e diferenciada do “social”, do “político”, do “cultural” e do “cognitivo” [...]. De certa maneira, então, eles próprios desenharam precisamente a fronteira que procuram colocar em questão (THIS SAINT-JEAN, 2005).

1 Os cuidados e o *care*

O estudo do *personal care* como atividade econômica ilustra perfeitamente a evolução que acabo de descrever. O que se deve entender por *care*? Para mim, as relações de *care* incluem qualquer tipo de atenção pessoal, constante e/ou intensa, que visa melhorar o bem-estar daquela ou daquele que é seu objeto. Assim, pode-se definir um leque de “atenções pessoais constantes e/ou intensas” que tem, numa extremidade, o cuidado da manicure num salão de beleza ou o breve conselho telefônico num *hotline* de ajuda psicológica, e, na outra, os laços estabelecidos ao longo de uma vida inteira entre uma mãe e sua filha, ou, ainda, o devotamento de um velho empregado.

Os especialistas do *care* produziram um grande número de trabalhos de pesquisa, mas estes trabalhos ficaram essencialmente à margem da sociologia econômica propriamente

dita. Os especialistas do *care* são críticos da visão econômica, mas eles ainda não contribuem verdadeiramente para a análise econômica em si mesma.

Eu começaria evocando um processo judiciário dramático que ilustra bem o problema analítico para, em seguida, explorar certas formas de resolvê-lo.

Esse processo diz respeito a um conflito, de 1980, relativo ao pagamento de uma cuidadora de crianças. Naquele ano, a corte do Distrito de Columbia julgou o muito contestado caso Lopez contra Rodriguez.³ Tudo havia começado quatro anos antes, quando Manuel e Mirtha Rodriguez, imigrantes bolivianos, residentes na região de Washington D. C., foram visitar seu domicílio anterior, em Cochabamba, Bolívia. Naquela ocasião, em Cochabamba, Gabina Camacho Lopez cuidou dos três filhos dos Rodriguez, no domicílio de sua avó, a mãe do Sr. Rodriguez. No fim de sua visita, os Rodriguez levaram Gabina e as crianças para Washington, junto com eles.

Como imigrante ilegal, conhecendo mal o inglês, Gabina viu-se sequestrada no domicílio dos Rodriguez. Durante cerca de três anos, cozinhou, limpou e tomou conta das crianças Rodriguez. Durante esses anos, Gabina jamais saiu sozinha do domicílio dos Rodriguez. Como compensação, os Rodriguez lhe forneceram habitação e refeições, “diversas roupas e artigos de toalete, despesas médicas e uma pequena mesada”. Eles disseram a Gabina que depositavam seu salário no banco. Em 1979, depois que os Rodriguez se recusaram a dar o dinheiro que Gabina lhes pedia, e como eles também a impediam de fazer amigos e ir à igreja, Gabina recorreu à justiça. Ela reclamou os salários devidos e não pagos nos termos do “Fair Labor Standards Act”.

É claro que o caso Lopez levanta questões de justiça e de exploração. Mas a questão primordial, neste caso, foi a de saber se Gabina preenchia as condições requeridas para ser considerada empregada nos termos do “Fair Labor Standards Act”. Os Rodriguez se recusaram a considerá-la como sua empregada. Os advogados de Lopez insistiram, porém, no fato dela ser justamente uma empregada mal remunerada, explorada. Eles evidenciaram que, na declaração de renda de 1976, os Rodriguez tinham solicitado um desconto relativo ao cuidado das crianças de US\$ 900, para os serviços de Gabina.

Finalmente, os vários tribunais implicados concederam a Gabina um salário-mínimo de US\$ 28.000 e o mesmo montante por danos, incluindo custas judiciais e descontado o montante que os Rodriguez tinham realmente gasto com o quarto e a pensão.

Desse litígio, destacam-se dois pontos. Antes de mais nada, ninguém se recusou a admitir que Lopez tenha prestado o *care* para os Rodriguez e seus filhos, ou mesmo que ela tenha recebido uma pequena compensação monetária por este *care*. A questão era: qual a sua relação com a família Rodriguez na situação em que o *care* era fornecido? Em segundo lugar, o tribunal fez uma escolha essencialmente dicotômica: Gabina Lopez era ou uma amiga ajudando a família Rodriguez, fazendo seu trabalho gratuitamente e recebendo a consideração habitual devida a um membro da família, ou uma empregada

³ Lopez v. Rodriguez; 500 F. Supp. 79; 1980 U.S. Dist. LEXIS 14841; 215 U.S. App. D.C. 344; 668 F.2d. 1376; 1981 U.S. App. LEXIS 15854.

do setor de serviços comerciais e, por consequência, sujeita às leis que regem os salários e as relações entre empregador e empregado. Os tribunais aceitaram os argumentos dos advogados de Lopez, segundo os quais as relações entre Gabina e os Rodriguez faziam parte da segunda categoria. Gabina e seus advogados venceram.

O caso Lopez representa apenas uma versão do conjunto de questões legais, morais, analíticas e de ordem política que necessitam de uma resposta rápida:

Primeiramente, quais são as diferentes definições que concorrem entre si acerca da relação entre os provedores de *care* e as famílias para as quais eles trabalham?

Em segundo lugar, quais as obrigações mútuas que decorrem da definição adotada pelas partes?

Em terceiro lugar, sobre quais pontos da relação dão-se regularmente os litígios e as confusões?

Em quarto lugar, até que ponto, e como, a introdução de acertos monetários nestas relações afeta a sua natureza?

Em quinto lugar, enquanto analistas, como podemos explicar o conflito e a confusão que emergem tão frequentemente das relações entre provedores de *care* e as famílias para as quais eles trabalham, sobretudo quando se trata de dinheiro e quando as crianças estão envolvidas? Voltaremos (cfr. infra) a esses problemas de maneira mais geral.

O problema da compensação do *care* vai, é claro, muito além do cuidado das crianças, como no caso Lopez, e engloba de forma geral todos os trabalhos de *care*. O *care* pago deve, portanto, enfrentar as mesmas dificuldades e problemas que aparecem a cada vez que se tenta pensar nas relações entre a atividade mercantil e as obrigações sociais. Muitos se perguntam o que aconteceria se o *care* pago substituísse a ajuda informal. Sua submissão aos cálculos monetários eliminaria de maneira racional sua intimidade essencial? O cuidado de crianças pago é geral e necessariamente inferior ao cuidado feito por pessoas próximas? Que tipo de pagamento torna um *care* “superior”? Em todo caso, como podemos fazer uma avaliação financeira apropriada das contribuições dos provedores de *care*?

Podem-se distinguir três maneiras muito distintas de pensar esses problemas. Podemos chamá-las de *mundos hostis*, *comércio em toda parte* e *relações bem ajustadas*. De acordo com *mundos hostis*, quando se mistura com o *care*, o dinheiro só pode criar problemas; é preciso, então, separá-los tanto quanto possível, sobretudo quando o *care* acontece no seio das famílias. De acordo com *comércio em toda parte*, ao contrário, basta olhar mais de perto para se ver que as relações de *care* são pura e simplesmente formas especiais de relações comerciais e que o problema é, antes de mais nada, o de definir o preço justo. A um e outro, *relações bem ajustadas* responde que há uma interação permanente entre o *care* e as considerações econômicas, e que o conjunto só funciona quando os dois estão bem afinados. Por “bem ajustadas” não quero dizer que você ou eu aprovaríamos a negociação ou que o acerto seja adequado e justo. Quero dizer que o ajuste é viável: o aspecto econômico da relação é aceito e assegura a sua continuidade.

Há quatro características essenciais nas *relações bem ajustadas*:

1. as transações econômicas distinguem a relação de outras relações com as quais poderíamos confundi-la e, assim, estragar a própria relação, por exemplo, confusão entre as doações monetárias feitas a uma irmã que participa do cuidado dos filhos e o salário de um cuidador de crianças profissional;
2. as Relações bem ajustadas são como uma demonstração e uma promulgação dos acordos entre os parceiros da relação: eles partilham uma visão comum do que é esta relação como, por exemplo, uma visão partilhada pelos pais e pela *baby-sitter*, relativa ao trabalho que a *baby-sitter* deve prestar em troca do pagamento que recebe por hora;
3. as relações bem ajustadas reforçam os aspectos da relação que beneficiar as partes e asseguram a continuidade da própria relação, por exemplo, no caso de relações a longo prazo, através de contribuições financeiras em prol do bem-estar econômico futuro da cuidadora, que favorecem seu engajamento e confiança a longo prazo;
4. finalmente, as relações bem ajustadas identificam claramente a relação frente a terceiros que possam ser afetados, por exemplo, o que significa aos olhos de seus irmãos e irmãs que não são remunerados o pagamento que é feito a um filho em troca de seus serviços.

Para explorar a importância e a sutileza das *relações bem ajustadas* nas relações de *care*, tomemos o exemplo das *nannies* (babás). *Nanny*, assim como o termo mais austero *governess* (governante), é uma palavra britânica que designa uma mulher – quase sempre uma mulher – que vive em uma família e assume como responsabilidade principal o cuidado das crianças. As questões evocadas anteriormente se colocam novamente de maneira ainda mais premente no caso das *babás*. Qual a relação entre este provedor de *care*, a criança, os adultos e a família em seu conjunto? Trata-se de um assalariado cujas compensações são pouco elevadas, mas a quem é fornecida habitação e alimentação, como se fizessem parte de seu salário; ou ela é um membro da família que, como os outros membros, tem responsabilidades especiais em relação à atividade econômica familiar? Ou não é nada disso?

Percebemos que muitos respondem a estas questões com certezas do tipo *mundos hostis*; para eles, as babás devem, antes de tudo, ter perfeitas relações de afeto com as crianças e com as famílias para as quais trabalham, e colocar em surdina tanto quanto possível as considerações econômicas. Em seu livro de sucesso, *The nanny diaries*, Emma McLaughlin e Nicola Kraus mostram como o ponto de vista dos *mundos hostis* formata o trabalho, como ilustra esta primeira conversação:

O que se aproxima mais da possibilidade de que eu poderia verdadeiramente fazer por dinheiro é o tema da minha experiência de *baby-sitter*, que eu descrevo como um *hobby* apaixonante, como o seria a criação de cães para cegos. Ao longo da conversação, eu me tornei uma *expert* em matéria de desenvolvimento de crianças – nós dois nos convencemos do meu desejo de satisfazer minha alma criando uma criança (MC LAUGHIN; KRAUS, 2002, p. 3).

Reagindo à retórica do tipo *mundos hostis*, os partidários do realismo replicam com o modelo *comércio em toda parte*: segundo eles, o cuidado de crianças não é diferente de qualquer outra transação econômica. O trabalho de *care* funciona segundo os mesmos princípios que os das transferências de ações ou da venda de carros em liquidação, e o mundo ostensivamente separado do *care* não é mais do que um caso particular de racionalidade econômica.

Entretanto, se olharmos de perto a vida de trabalho das babás, constatamos rapidamente que suas relações com as crianças e os pais não se assemelham a simples relações de amor nem a transações comerciais comuns. A negociação em torno da adequação entre o trabalho, as relações interpessoais e as formas de compensação preocupam estas empregadas, têm um grande impacto sobre o *care* que elas oferecem, e determinam se elas conservam ou perdem o seu trabalho.

O estudo de Pierrette Hondagneu-Sotelo sobre empregadas domésticas imigradas da América Latina para Los Angeles mostra como as mulheres e as famílias para as quais elas trabalhavam negociaram acordos complexos e muitas vezes tensos sobre questões como o número de horas de trabalho, os tipos de folgas autorizados, o valor da remuneração, a possibilidade ou não delas se servirem da comida da família, o lugar onde elas dormirão e, de forma mais geral, sobre a relação com os outros membros da família.

É evidente que as partes engajadas nestes contratos de trabalho exercem um poder muito desigual. Segundo os resultados estabelecidos por Sotelo, os contratantes de empregadas domésticas alojadas geralmente decidem os salários consultando seus próprios amigos. Candance Ross, por exemplo, conta como decidiu o salário de sua primeira empregada contratada:

Eu perguntei [o que os vizinhos pagavam] e, hum, eu encontrei uma verdadeira faixa de preços que ia de 125 \$ por semana, até cerca de 200 \$, é por isso que nós a havíamos contratado por 150 \$, o que, a meu ver, era, um bom acerto (HONDAGNEU-SOTELO, 2001, p. 82).

Os pais que pagam mais dizem sentir uma pressão da parte de seus vizinhos para que abaiquem os salários. Ao mesmo tempo em que utilizam suas próprias redes para definir o preço praticado, geralmente os empregadores tentam impedir que suas empregadas consultem suas colegas que trabalham na casa dos vizinhos. Sotelo encontrou até mesmo empregadores que proíbem suas empregadas de levarem seus filhos ao parque, temendo que as outras façam alusão a salários mais elevados e a oportunidades mais interessantes.

Negociações muito desiguais quanto aos detalhes do trabalho de empregada doméstica resultam recorrentemente no que Sotelo chama de *blowups*: “empregos que acabam numa bela briga”. Porém, como é de se esperar, certas empregadas e seus empregadores desenvolvem relações econômicas mais equilibradas. Em suas entrevistas com pais de classe média superior e suas empregadas, em Los Angeles e Nova Iorque, Julia Wrigley

ouviu de empregadores que eles fornecem uma variedade de serviços a suas empregadas: empréstimo de dinheiro, pagamento de contas médicas e odontológicas, encaminhamento a seus próprios médicos, ajuda para negociar com proprietários ou credores ou mesmo para tirar um parente da empregada da prisão.

Os especialistas franceses do *care* identificaram problemas paralelos nas relações entre as empregadas domésticas e seus empregadores. Liliane Bernardo, por exemplo, põe em evidência a coexistência, nestas relações, de laços íntimos com laços de empregador com empregada: “Ela é mais que uma simples empregada doméstica”, diz um empregador, “Eu me sinto em minha casa, aqui. Os filhos de Mme. Dubois são meus filhos também”, conta uma empregada. Bernardo fala de “duplo registro”, às vezes, suas entrevistadas declaram francamente: “Eu sou empregada doméstica e, ao mesmo tempo, não sou empregada doméstica” ou “há a Régine amiga e a Régine empregada doméstica” (BERNARDO, 2003, p. 363).

As transações econômicas entre empregador e empregada refletem esta relação dual: a mesma tarefa, por exemplo, buscar uma criança na escola, poderia ser defendida como fazendo parte do trabalho previsto para a empregada em troca de seu salário, ou como um favor feito ao empregador e, portanto, como uma prestação, em uma lógica de troca de dons. Como explica um empregador:

São serviços que ela me presta, neste caso. E é Régine que os presta a mim, porque ela ama nos servir, mas não é como empregada doméstica que ela nos serve, mas enquanto amiga... Nós não a pagamos, mas lhe damos presentes nestes casos. Não lhe daremos 100 francos, mas uma caixa de chocolate ou flores... Se eu a pagasse, a humilharia. De todo modo, ela não aceitaria dinheiro (BERNARDO, 2003, p. 369).

Este tipo de empregador hesita, portanto, entre *mundos hostis* e *comércio em toda parte*, sem realizar a possibilidade de *relações bem ajustadas*. As *relações bem ajustadas* não garantem que tudo vá bem quando as babás são tratadas generosamente. Ao contrário, a relação entre as babás e seus empregadores é tão complexa quanto as relações entre esposos, filhos, parentes ou amigos: os maus arranjos e as transações econômicas que por elas transitam trazem prejuízo às relações, enquanto bons arranjos facilitam as relações e se traduzem em uma colaboração mais eficaz.

2 Para uma nova economia do *care*

Quais são as implicações práticas de tal enfoque? Trata-se de se observar qual o conjunto de transações econômicas que parecem justas e não coercitivas, para os diferentes tipos de relações de *care*. O objetivo não é, então, o de eliminar a intimidade das questões econômicas: o problema é criar combinações equitativas. Não se trata de se perguntar se o dinheiro corrompe ou não, mas, sobretudo, de analisar as combinações entre as

atividades econômicas e as relações de *care* que dão lugar a situações mais felizes, mais justas e mais produtivas. Não é a combinação em si mesma que deve nos interessar, mas o modo como ela funciona. Se identificarmos mal as conexões causais, ocultaremos a origem das injustiças, dos danos e dos perigos.

Naturalmente, outros especialistas do *care* propõem conclusões semelhantes a nossa. Um grupo de pensadores feministas imaginativos, cada vez mais crítico das respostas *standard* do tipo *mundo hostil e comércio em toda parte*, desenvolveu um enfoque alternativo bem no espírito das *relações bem ajustadas*. Eles identificam muitas formas de conexão entre as relações íntimas e as diferentes esferas da vida econômica. Questionando a idealização do *care* não remunerado, estes analistas avaliam as possibilidades e exploram as práticas atuais em que remuneração e *care* coexistem de modo frutífero. Nesse caso, eles constroem uma nova economia do *care*. Assim é que os economistas Nancy Folbre e Julie Nelson afirmam:

O julgamento *a priori* de que os mercados devem melhorar a atividade de *care* aumentando a sua eficácia é mais um freio do que um encorajamento à pesquisa inteligente sobre o tema.

Ao inverso, o julgamento *a priori* segundo o qual os mercados não podem senão degradar seriamente as atividades do *care* ao substituir as motivações altruístas por interesses pessoais constitui da mesma forma um freio à pesquisa. Em vez disso, eles afirmam: “a imbricação cada vez mais frequente do ‘amor’ e do ‘dinheiro’ nos mostra a necessidade – e a oportunidade – do engajamento em pesquisas e ações inovadoras” (FOLBRE; NELSON, 2000, p. 123-124).

Enfatizando o caráter social e relacional do cuidado de crianças, Julie Nelson chama igualmente a atenção para o fato dos pais e das “enfermeiras” raramente definirem este mercado “como uma troca puramente impessoal de dinheiro por serviços [...] as partes envolvidas se engajam em contatos pessoais extensivos, relações de confiança, interações interpessoais”. Segundo ela, “o espectro do mercado corruptor impede de vermos que as pessoas – à imagem de muitas cuidadoras de crianças – possam fazer o trabalho que amam, estando entre aqueles que amam, sendo, ao mesmo tempo, remuneradas” (NELSON, 1998, p. 1470). Nelson insiste na ideia de que “o *care* pago não deve ser tratado como secundário do ponto de vista relacional, de uma qualidade relacional degradada” (*ibidem*).

Mais recentemente, na nova edição do *Handbook of economic sociology* de Nell Smelser e Richard Swedberg, Paula England e Nancy Folbre criticam a economia neoclássica, bem como a sociologia econômica, por sua tendência

a recusar o estudo – justamente como “não econômico” – dos domínios da atividade humana em que há conexões emocionais, de amor, de altruísmo e de engajamentos baseados em normas. Os especialistas em sociologia econômica falam muito de redes e de instituições, mas eles também evitam considerar qualquer engajamento e conexão emocionais (ENGLAND; FOLBRE, 2005, p. 643).

Elas citam como exemplo as atividades de *care*:

O estudo emergente das atividades de *care* mostra que elas não satisfazem numerosas hipóteses *standard* e que desafiam numerosas dicotomias. Elas parecem produzir exterioridades e bens coletivos, e os próprios economistas admitem que estes fatores “varrem” suas hipóteses habituais sobre a eficácia dos mercados (ENGLAND; FOLBRE, 2005, p. 643).

Os especialistas franceses chegam a conclusões no mesmo sentido. Isabelle Guérin mostrou como “a economia solidária” abre possibilidades para que os esforços das mulheres sejam compensados com equidade. Enfatizando a urgência em matéria de políticas adequadas de *care*, Florence Weber declara a este mesmo respeito:

Cessemos de crer automáticos os sentimentos e as obrigações ligados à paternidade. Lutemos pela profissionalização dos empregos no setor do *care*, para aproximar as condições de trabalho a domicílio daquelas das instituições, sem, por isso, suprimir o conforto para o dependente e seus familiares envolvidos no atendimento domiciliar (WEBER, 2005, p. 258).

Além disso, essas críticas assinalam que as hipóteses dos *mundos hostis*, que consideram o amor e o *care* como degradados pela monetarização, podem, na realidade, fundamentar políticas injustas e serem a causa de discriminação econômica em relação a estas atividades do setor do *care*, tidas como intangíveis, por exemplo:

1. recusa em considerar que certos trabalhos domésticos devem ser remunerados;
2. falta de segurança econômica para as atividades de *care* que não são pagas;
3. salários pouco elevados para certos trabalhos de *care*, como o das babás ou das auxiliares de enfermagem a domicílio;
4. recusa de assistência social a mães não casadas, sob pretexto que ela as incita à dependência;
5. resistência à remuneração dos pais pelos trabalhos de *care*.

Pensem no doloroso impacto, sobre as mães de crianças doentes crônicas, da reforma americana da assistência social, de 1996, que introduziu rigorosas exigências de trabalho aos beneficiários. Segundo um estudo detalhado, essas mulheres se encontram frente a um terrível dilema: se elas trabalham, seus filhos doentes não têm mais os cuidados apropriados, mas se param de trabalhar para cuidar de seus filhos, perdem seus subsídios da ajuda social. Para aumentar as dificuldades, poucos estabelecimentos de atendimento americanos estão preparados para receber estas crianças. Uma dezena de organizações médicas relacionadas a essa questão propuseram uma solução: mudar a política de ajuda social para que o cuidado de crianças doentes seja considerado um trabalho, permitindo, assim, que as mães satisfaçam à exigência de trabalho. Mas a proposição

foi recusada. Pelo contrário, o governo Bush pediu que as exigências de trabalho fossem aumentadas (CHAVKIN, 2006; “Doctors Speask Out”, 2006).

Tendo o *care* pago se tornado social e moralmente legítimo, agora as feministas não defendem mais a necessidade da sua remuneração, daqui para adiante, elas procuram enfatizar o montante e a forma de pagamento, e o estudo das relações *reais* de *care* pago. O problema não está, dizem elas, no fato do dinheiro estar implicado e, sim, em identificar qual o sistema de pagamento que é utilizado na relação de *care*. Para que o *care* saia de seu gueto de marginalidade econômica, elas defendem vigorosamente sua fundamental significação econômica e seu conteúdo econômico variado.

Para além da concordância geral em torno do fato de que os trabalhos de *care* sejam atualmente mal remunerados e menos valorizados, devemos compreender que as formas e as próprias condições de pagamento são importantes. Um pagamento diário em dinheiro implica uma relação muito diferente do que a de um pagamento por cheque mensal. Atribuir importância à forma de pagamento não tem nada de trivial. Temos numerosas provas que atestam como a forma de compensação interessa, inclusive aos dirigentes de grandes empresas que, além da remuneração monetária, comumente recebem uma série de vantagens em espécie. Suprima o carro fornecido pela empresa, os banheiros reservados à direção ou as viagens de prestígio e você estará diminuindo parte daquilo que distingue um executivo dirigente de outros. Os mesmos princípios se aplicam à associação entre crianças, fornecedoras de *care* e sua compensação.

O estudo do *care* levanta, portanto, questões bem mais gerais a respeito da própria análise das relações íntimas nos processos econômicos. Não iremos muito longe enquanto a sombra dos *mundos hostis* e do *comércio em toda parte* assombrar a análise. As variantes “extensão” e “contexto” da sociologia econômica também não resolvem o problema. Como confirmam recentes trabalhos franceses, somente uma análise alternativa inteiramente social dos processos de intimidade e de economia nos levará até onde é preciso ir.

Tradução: Maria A. Müller e Lúcia Helena A. Müller

Referências

- BERNARDO, L. La place des sentiments dans l'aide professionnelle de gré a gré. In: WEBER, E; GOJARD, S.; GRAMAIN, A. (Ed.). *Charges de famille*. Paris: La Découverte, 2003. p. 362-389.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Le Seuil, 2000.
- CAILLÉ, A. *Don, intérêt et désintéressement*. Paris: La Découverte, 1994.

- CALLON, M. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, M.(Org.). *The laws of the Markets*. Oxford: Blackwell, 1998. p. 2-57.
- CHAVKIN, W. Mothers of III Children, letter, *The New York Review of Books*, nº 53, p. 76-77, 2006.
- CONVET, B.; HEILBRON, J. Genèse de la sociologie économique américaine. In: HEILBRON, J.; LENOIR, R.; SAPIRO, G. (Org.). *Pour une histoire des sciences sociales: hommage à Pierre Bourdieu*. Paris: Fayard, 2004. p. 223-241.
- CUSIN, F.; BENAMOUZIG, D. *Economie et sociologie*. Paris: PUF, 2004 (Coll. Quadrige.)
- DOCTORS speak out about welfare reform. *Finding common ground*. New York. Disponível em: <www.findingcommonground.hs.columbiaedu/speakout.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2008.
- DUFY, C.; WEBER, F. *L'ethnographie économique*. Paris: La Découverte, 2007.
- ENGLAND, P.; FOLBRE, N. Gender and economic sociology. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. 2. ed. Russell Sage Foundation e Princeton University Press, 2005. p. 627-649.
- FOLBRE, N.; NELSON, J. A. For Love or money – or both? *Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association, v. 14, nº 4, p. 123-140, 2000.
- GISLAIN J. -J.; STEINER, P. *La sociologie économique 1890-1920*. Paris: PUF, 1995.
- GUÉRIN, I. *Femmes et économie solidaire*. Paris: La Découverte, 2003.
- HASSOUN, J.-P. (Org.). Négoces dans la ville. *Ethnologie française*. Paris, nº 35, esp., 2005.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. *Doméstica*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- L'ARGENT EN FAMILLE, *Terrain*, nº 45, Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2005.
- LA PRADELLE, M. de. *Les vendredis de Carentras*. Paris: Fayard, 1996.
- LEBARON, F. *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Le Seuil, 2000.
- MCLAUGHLIN, E.; KRAUS, N. *The nanny diaries*. New York: St. Martin's Press, 2002.
- NELSON, J. A. One sphere or two? In: ZELIZER, V. A (Ed.) Changing forms of payment, *American Behavioral Scientist*, nº 41, esp., p. 1467-1471, 1998.
- ORLÉAN, A. La sociologie économique et la question de l'unité des sciences sociales. In: STEINER, P.; THIS SAINT-JEAN, I. (Org.). Sociologies économiques. *L'Année sociologique*, Paris, nº 55, esp., p. 279-305, 2005.
- SCIARDET, H. *Les marchands de l'aube: ethnographie et théorie du commerce aux puces de Saint-Ouen*. Paris: Economica, 2003.
- SERVET, J. -M.; GUÉRIN I. (Org.). *Une économie sans argent: les systèmes d'échange local*. Paris: Le Seuil, 1999.
- . (Org.). *Exclusion et liens financiers*. Paris: Economica, 2002.
- STEINER, P. Gift of blood and organs: the market and “fictitious” commodities. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 44, supl., p. 147-162, 2003.
- STEINER, P. *La sociologie économique*. Paris: La Découverte, 1999.

STEINER, P. H.; THIS SAINT-JEAN, I. (Org.). Sociologies économiques. *L'Année sociologique*, n° 55, 2006.

THIS SAINT-JEAN, I. Peut-on définir la sociologie économique? In: STEINER, P.; THIS SAINT-JEAN, I. (Org.). Sociologies économiques, *L'Année sociologique*, n° 55, esp., p. 307-326, 2005.

WACQUANT, L. *Corps et âme*. Marselha: Agone, 2002.

WEBER, F. *Le sang, le nom, le quotidien: une sociologie de la parenté pratique*. La Courneuve: Aux lieux d'être, 2005.

———; GOJARD, S.; GRAMAIN, A. *Charges de famille*. Paris: La Découverte, 2003.